

## ABYA YALA FRATURADA E AS NUANCES DO BEM VIVER ODS 15

João Vitor Rodrigues (Universidade de São Paulo)  
Lucas Monte (Universidade de São Paulo)

### Resumo

Com este estudo partimos da premissa de que a Abya Yala é um espaço ontoepistêmico profundamente assimétrico, tendo como estrutura o dualismo ontológico cartesiano e a ideia de raça (Quijano, 1999). Esses são eixos estruturais da colonialidade vigente, duplamente fraturada em termos coloniais e ambientais (Ferdinand, 2022). O extrativismo é, nesse contexto, um poderoso dispositivo ontoepistêmico e a Abya Yala o seu epicentro. Ao situarmos a relacionalidade como possibilidade de resistência ontoepistêmica, abrimos caminhos para um olhar mais atento às diversas cosmovisões sobre o bem viver. Visualizamos que existem caminhos para buscar elementos do bem viver (Rodriguez, 2022) na forma como interpretamos as leis e nossa sociedade. Este pode ser um passo importante em direção de um horizonte de superação da lógica colonial, mas não é o único. É fundamental que o bem viver não seja baseado em uma única perspectiva, como o *sumak kawsay*, para não correr o risco de homogeneização desse preceito. Pensadores brasileiros como Ailton Krenak e Antônio Bispo dos Santos são fundamentais para que possamos entender as nuances e especificidades da cosmologia do bem viver em cada contexto.

**Palavras-chave:** bem viver; colonialidade; extrativismo; ontologia.

### Introdução

A posição ocupada pela Abya Yala<sup>1</sup> na economia global contemporânea revela a continuidade estrutural do desenho colonial iniciado em 1492. A colonização oportunizou, ademais da dominação política e econômica, um modelo civilizatório fundado na ontologia dualista. A racionalidade moderna europeia, legitimada em grande parte pelo pensamento cartesiano, foi estabelecida a partir de divisões sistemáticas entre natureza e cultura, sujeito e objeto, Europa e o resto. Então, o mundo passou a ser desenhado a partir disso. Para Quijano (1999), a Abya Yala foi central nesse projeto tanto do ponto de vista ontológico como epistêmico e se constituiu como condição necessária para a invenção da ideia de raça e para a consolidação da colonialidade do poder. Nesse contexto, a retórica do

---

<sup>1</sup> Na língua Kuna, sinônimo de América.

desenvolvimento moderno funciona como manutenção da dicotomia civilização/barbárie, reafirmando desigualdades estruturais sob novas promessas.

Argumentamos, então, que o extrativismo não pode ser entendido isoladamente como um modelo econômico. Em suma, ele é a expressão de um desenho civilizacional colonial que envolve a crise ambiental e o racismo estrutural. Desde os primeiros ciclos de exploração a Abya Yala foi incorporada como periferia produtora de riquezas para o centro global, com base na expropriação sistemática de recursos naturais e corpos racializados. Para Ferdinand (2022), a dupla fratura moderna que divide história ambiental e história colonial impede o enfrentamento integral das múltiplas crises da modernidade. Ao defender que a crítica ambiental seja atravessada por uma perspectiva decolonial e antirracista, Ferdinand nos incentiva a pensar o extrativismo como tecnologia de poder que opera nas dimensões humana e não humana.

Nessa perspectiva, as ontologias relacionais podem ser observadas como formas de resistência ontoepistêmica em um mundo em ruínas. Como propõem Escobar, Osterweil e Sharma (2024), a relacionalidade é uma política emergente da vida que confronta o paradigma moderno. Essas ontologias estão diretamente vinculadas aos valores reivindicados nas diversas formas de expressão do bem viver. Nesse sentido, no segundo tópico do artigo nos dedicamos ao aprofundamento na análise do bem viver. Situando essa cosmovisão como uma disputa que não se limita ao debate filosófico, mas alcança uma dimensão de disputa política, assumindo diversas formas nos diferentes contextos da Abya Yala. Pra além disso, fazemos uma descrição das aplicações del buen vivir nas constituições do Equador e da Bolívia.

Ressaltamos que, apesar do bem viver não estar diretamente citado na constituição brasileira de 1988, existem formas de olhar pela ótica do bem viver para a nossa sociedade e leis. Para Rodriguez (2022) o bem viver, focando no *sumak kawsay* (Dávalos, 2008), e com base no Artigo IV da constituição, pode ser interpretado como uma forma de integração na Abya Yala. Outra perspectiva fundamental no artigo é a importância de pensar o bem viver de maneira plural que, em diferentes regiões, possui aspectos distintos. Sendo assim, é imprescindível resgatar pensadores brasileiros que abordam este tema. Antonio Bispo do Santos e

Ailton Krenak, por exemplo, buscam em seus territórios as formas ancestrais de viver e se relacionar com o meio.

## Revisão da literatura

O lugar ocupado atualmente pela Abya Yala no sistema mundo/moderno colonial (Mignolo, 2000, p. 55)<sup>2</sup> revela profundas assimetrias ontoepistêmicas desde 1492. Essas assimetrias foram legitimadas cientificamente, principalmente a partir do pensamento de René Descartes ao longo do século XVI, que encontrava o seu grande fundamento na ontologia dualista.<sup>3</sup> Com o *ego conquiro* e, posteriormente, *ego cogito* cartesiano (Dussel, 2000, p. 48) a Europa se consolida como centro do mundo, o *greenwich*, e o colonialismo<sup>4</sup> ganha um corpo analítico. Para Quijano:

[...] foi estabelecida uma relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes. Essa dominação é conhecida como colonialismo. Em seu aspecto político, sobretudo formal e explícito, a dominação colonial foi derrotada na ampla maioria dos casos (Quijano, 1992, p. 11).<sup>5</sup>

Nesse sentido, o colonialismo não significa apenas uma dominação entre povos e etnias, mas ganha um corpo conceitual a partir da experiência colonial estabelecida pela Europa com o resto do mundo. Já a colonialidade, como argumenta Quijano (1992, p. 11), é a naturalização do imaginário colonial, sobretudo nas dimensões epistêmica e ontológica. O conceito de colonialidade enquanto dispositivo de poder tem diversas ramificações (Mignolo, 2010), como a colonialidade do saber, *do ser, da natureza e dos recursos naturais*<sup>6</sup> e de gênero. Lugones (2008) tece importantes críticas a Quijano, propondo a centralidade da dimensão de gênero<sup>7</sup> na colonialidade do poder (Quijano, 2000).<sup>8</sup>

---

<sup>2</sup> Ver Wallerstein, 2001.

<sup>3</sup> Essa ontologia origina dicotomias como civilização e barbárie, branco e negro, científico e místico, moderno e atrasado, sujeito e natureza, entre outras. Ver Barros; Monte, 2020.

<sup>4</sup> Ver González Casanova, 1965. Sobre o conceito de colonialismo interno ver González Casanova, 2008. Indicamos também Mariátegui, 2007.

<sup>5</sup> A tradução das citações em língua estrangeira é nossa.

<sup>6</sup> Essas duas dimensões são centrais para o debate sobre o extrativismo e viver bem. Apesar disso, todas essas dimensões da colonialidade são transversais para se pensar as mais diversas abordagens sobre *buen vivir*. Ver Escobar, 2011.

<sup>7</sup> Luges se baseia na crítica feminista de mulheres racializadas. Dentre elas, Oyěwùmí (1997) que, em sua tese de doutorado, critica as típicas narrativas ocidentais binárias sobre gênero a partir dos iorubás. Ver também Segato, 2015.

<sup>8</sup> Para uma melhor compreensão desse conceito indicamos Porto-Gonçalves; Quental, 2012.

A discussão ontológica da violência colonial<sup>9</sup> envolve suas manifestações históricas e estruturais, e também o modo como ela funda modos específicos de existência e de organização social. Fanon (2006, 2009) analisa a violência ontológica de desumanização do negro ao patamar de não ser e de não subjetividade (Carneiro, 2023). Partindo da dupla fratura proposta por Ferdinand (2022), compreendemos que a violência colonial opera como um dispositivo fundamental para entendermos a colonialidade. O *plantationceno* é uma categoria ontológica baseada na monocultura, na racialização sistemática e no controle dos corpos e dos espaços. Reduzir a crítica à *plantation* a uma lista de impactos ambientais isolados implica permanecer capturado pela lógica moderna que dissocia natureza e sociedade, humanos e não humanos. Tal operação reproduz a fragmentação epistemológica da modernidade ao reforçar a própria estrutura ontológica que sustenta a violência colonial, que consiste na separação entre um mundo natural a ser explorado e uma humanidade universal fictícia, representada pelo colonizador.

O extrativismo, e o *plantationceno* de modo geral, é fruto de um desenho civilizacional colonial que envolve, ao mesmo tempo, crise ambiental e racismo estrutural. Essas dimensões costumam ser analisadas de forma separada, o que constitui a dupla fratura ambiental e colonial. Ao denunciar essa dupla fratura, Ferdinand argumenta:

A primeira proposta parte da constatação de uma dupla fratura colonial e ambiental da modernidade, que separa a história colonial e a história ambiental do mundo. Essa fratura se destaca pela distância entre os movimentos ambientais e ecologistas, de um lado, e os movimentos pós-coloniais e antirracistas, de outro, os quais se manifestam nas ruas e nas universidades sem se comunicar. Ela revela-se também no cotidiano pela ausência gritante de pessoas Pretas e racializadas tanto nas arenas de produção de discursos ambientais como nos aparatos teóricos utilizados para pensar a crise ecológica (Ferdinand, 2022, p. 23).

As análises sobre extrativismo tendem a permanecer duplamente fraturadas. Ferdinand propõe uma abordagem integrada que nos permite compreender o extrativismo como aspecto econômico indissociável da crise ambiental e do racismo estrutural.

---

<sup>9</sup> Ver Barros; Friggeri, 2017 e Mignolo, 2008.

Eduardo Gudynas, biólogo uruguaio, tem um considerável acúmulo teórico sobre o extrativismo<sup>10</sup>. Em seus estudos mais recentes ele nos diz:

Extrativismo não é apenas a extração de recursos naturais. É um modo de apropriação baseado na remoção de materiais naturais em alta intensidade, com pouco ou nenhum processamento, voltado para sua exportação como matérias-primas. Esse modelo prioriza os ganhos econômicos em detrimento das preocupações ecológicas ou sociais, frequentemente levando a uma degradação ambiental severa e a conflitos sociopolíticos (Gudynas, 2021, p. 5).

Essa definição nos permite visualizar o extrativismo criticamente, sem cair na análise simplificada de que toda prática de extração configura extrativismo. Nessa perspectiva, o extrativismo se apresenta como um pilar estrutural das economias na Abya Yala, perpetuando uma lógica colonial de saque e subordinação aos mercados globais. Gudynas chama a atenção para a permanência de um padrão de desenvolvimento que submete a natureza a um regime de exploração intensiva, com baixa agregação de valor local e dependência da exportação de *commodities*. Essa dependência aprofunda a vulnerabilidade dos países do sul global às oscilações do mercado internacional, enquanto desestimula a diversificação produtiva e o fortalecimento de economias enraizadas nos territórios. Ao examinarmos o extrativismo, notamos seus efeitos desproporcionais sobre comunidades que historicamente mantêm vínculos profundos com a terra e não vivem em função de acumular riqueza.

Nas ontologias comunais a terra é compreendida como base para existência e não é reduzida a um recurso explorável até as últimas consequências. Essa concepção, bastante presente no feminismo comunitário (Paredes, 2017), contrasta radicalmente com a racionalidade moderna, que fragmenta e instrumentaliza a terra. Nos mundos comunais, o território se constitui como rede de relações afetivas, espirituais, ecológicas e políticas. Escobar (2014, 2018) e Escobar, Osterweil e Sharma (2024), em diálogo com Blaser, destaca que esses mundos coexistem com a modernidade e, além disso, instauram sentidos próprios de realidade. Assim, a existência de múltiplos mundos é afirmada no interior deste, em oposição à lógica unificadora da modernidade.

---

<sup>10</sup> Ver Svampa, 2019.

Gudynas (2011) traz três dimensões, ou planos, da análise do bem viver<sup>11</sup>: o plano das ideias, o plano do discurso e o plano das ações. No primeiro plano, o autor fala sobre os questionamentos das raízes do conceito de desenvolvimento, conceito esse que dialoga com a colonialidade do poder, especialmente no que se refere ao novo dualismo. A dimensão dos discursos é a legitimação das ideias do primeiro plano, distinguindo o bem viver de outras perspectivas que celebram o crescimento econômico e o consumo de bens materiais como indicativos de bem-estar. Na terceira e última dimensão as ações concretas podem ser “projetos políticos, planos governamentais, códigos de leis e a busca por alternativas ao desenvolvimento convencional” (Gudynas, 2011, p. 2).

Essa oposição ontológica sistematizada por Gudynas ganha maior contexto na realidade brasileira por meio de pensadores indígenas e quilombolas do Brasil, que buscam o bem viver, mas trazem na oralidade e na escrita seus próprios conceitos para traduzir essas outras formas de habitar o mundo. A via hermenêutica de Rodríguez (2022) para o Brasil pode ser fortalecida ao dialogar com as cosmologias do próprio território. Pensando nisso é de fundamental importância trazeremos intelectuais brasileiros que pensam as questões relacionadas ao bem viver. Krenak, por exemplo, nos apresenta o conceito de florestania em contraposição a cidadania:

A palavra cidadania é bem conhecida: está prevista na Declaração Universal dos Direitos do Homem e em várias constituições. Faz parte desse repertório, digamos, branco. Já o enunciado de florestania nasceu em um contexto regional, em um momento muito ativo da luta social dos povos que vivem na floresta. Quando Chico Mendes, seringueiros e indígenas começaram a se articular, perceberam que o que almejavam não se confundia com cidadania – seria um novo campo de reivindicação de direitos [...] (Krenak, 2022, p. 75).

A escolha por florestania não é uma simples substituição de palavras, é uma mudança na perspectiva de onde partem as noções de direito. A cidadania tem origem no latim

---

<sup>11</sup> Embora *el buen vivir* tenha ganhado destaque como alternativa ao modelo desenvolvimentista tradicional, seu próprio significado está longe de ser consensual. Oriundo de cosmologias andinas como o *sumak kawsay* e o *suma qamaña*, o conceito foi incorporado a constituições nacionais como as do Equador, em 2008, e da Bolívia, em 2009, mas sua implementação tem sido marcada por tensões, contradições e apropriações diversas. Por um lado, ele expressa uma crítica profunda à modernidade ocidental e propõe uma convivência harmônica entre seres humanos e natureza, ancorada em valores de reciprocidade, relacionalidade e pluralidade. Por outro, seu uso institucionalizado muitas vezes se dissocia das práticas e sentidos originários, sendo reconfigurado para atender a agendas estatais ou até mesmo mercadológicas. Assim, *el buen vivir* é constituído como um campo em disputa, atravessado por diferentes interesses, leituras e projetos de sociedade.

*civitas*, que quer dizer cidade, já a florestania se baseia na relação entre os seres e o território, invertendo a lógica e tirando a cidade do centro do debate.

Outro pontente conceito, dessa vez pensado por Nego Bispo, traz uma contraposição a ideia de integração, onde se busca uma homogeneização. Para isso, Bispo nos apresenta o conceito de confluência, uma ideia contracolonial que propõe que diferentes conhecimentos e seres se fortalecem e se enriquecem nesse processo:

Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia (Bispo dos Santos, 2023, p. 4).

Esse trecho revela um importante deslocamento ontológico na medida em que Nego Bispo amplia os limites do ser. Ele se recusa a operar na ontológica dualista, que tem sustentado todo um projeto de desenvolvimento incompatível com as premissas do bem viver. Tanto Krenak como Nego Bispo indicam problemas fundacionais e apontam para a necessidade de vislumbrarmos outros princípios ontológicos e terminológicos para a transição ao bem viver.

## **Método**

Para elaborarmos este estudo recorreremos a dois recortes. Primeiro, no campo acadêmico, à analítica da colonialidade do poder e aos estudos que se valem dessa reflexão para situar o extrativismo e a dupla relação de dominação que tende a ser segregada nas ciências sociais. Segundo, no campo empírico, às escrituras de Antônio Bispo dos Santos e Ailton Krenak, reiterando a variedade de interpretações sobre o bem-viver.

## **Resultados e discussão**

A nossa expectativa é expandir o debate em torno do extrativismo e das suas epistemologias fundamentais. O extrativismo não é apenas um modo de produção, mas uma maneira de organizar o mundo com base em critérios bastante particulares de ser. Essa premissa exacerba a definição restrita do extrativismo como prática econômica vinculada à exploração de recursos naturais em larga escala.

Ao centralizarmos o extrativismo enquanto categoria de análise, pretendemos contribuir para um entendimento crítico das dinâmicas socioambientais na Abya Yala.

Isso implica reconhecer a diversidade de experiências e de saberes produzidos nos territórios impactados por esse modelo predatório de desenvolvimento, valorizando outros modos de compreensão sobre a vida e as resistências a esse modelo.

O bem viver se enquadra nisso e pode ser observado como um conceito em construção e disputa. Ao articularmos essa noção às práticas, saberes e experiências diversas que emergem em contextos de enfrentamento às lógicas exploratórias, esperamos evidenciar a sua potência ao menos previamente.

### **Considerações finais**

Com este estudo visualizamos como a colonialidade do poder persiste na Abya Yala através do extrativismo, uma tecnologia que perpetua a exploração de corpos e recursos no viés do desenvolvimento unilateral ilusório. A dupla fratura moderna, que ignora a interconexão entre as crises colonial e ambiental, só pode ser superada por uma crítica decolonial e antirracista que compreenda o extrativismo em sua dimensão ontoepistêmica.

Nesse contexto, as ontologias relacionais emergem como chave para reverter a desvalorização da vida e do saber imposta com o dualismo ontológico colonial. Ao sentipensar con la tierra e afirmar a interdependência, essas narrativas questionam o plantationoceno e suas monoculturas, abrindo caminhos para futuros que transcendam as grandes narrativas de desenvolvimento unidimensionais e reconfigurem radicalmente os critérios de existência e conhecimento.

Visualizamos que existem caminhos para buscar elementos do bem viver na forma como interpretamos as leis e nossa sociedade. Este pode ser um passo importante em direção de um horizonte de superação da lógica colonial, mas não é o único. É fundamental que o bem viver não seja baseado em uma única perspectiva, como o *sumak kawsay* (Dávalos, 2008), para não correr o risco de homogeneização desse preceito. Pensadores brasileiros como Ailton Krenak e Antônio Bispo dos Santos são fundamentais para que possamos entender as nuances e especificidades da cosmologia do bem viver em cada contexto.

### **Referências**

BARROS, João; FRIGGERI, Felix Pablo. Contractualismo político y descolonialidad epistémica. **Rapsódia**, [S. l.], n. 10, p. 63-82, 2017.

BARROS, João; MONTE, Lucas. Paisagens rurais: desenvolvimento e desenho a partir da decolonialidade. **Odeere**, Jequié, v. 5, n. 10, p. 239-256, 2020.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

**BRASIL**. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

DÁVALOS, Pablo. Reflexiones sobre el sumak kawsay (buen vivir) y las teorías del desarrollo. ALAI, **América Latina en Movimiento**, Quito, 2008.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 41-53.

ESCOBAR, Arturo. **Designs for the pluriverse**: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds. Durham and London: Duke University Press, 2018.

ESCOBAR, Arturo. Epistemologías de la naturaleza y colonialidad de la naturaleza. Variedades de realismo y constructivismo. In: MARTÍNEZ, Leonardo Montenegro. **Cultura y naturaleza**. Aproximaciones a propósito del bicentenario de la independencia de Colombia. Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá, José Celestino Mutis, 2011, p. 49-74.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESCOBAR, Arturo; OSTERWEIL, Michal; SHARMA, Kriti. **Relationality**: an emergent politics of life beyond the human. London: Bloomsbury Visual Arts, 2024.

FANON, Frantz. **Pour la révolution africaine**: écrits politiques. Paris: La Découverte, 2006.

FANON, Frantz. **Piel negra, máscaras blancas**. Madrid: Editorial Akal, 2009.

FERDINAND, Malcom. **Decolonial ecology**: thinking from the caribbean world. Cambridge: Polity, 2022.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (una redefinición). In: BORON, Atilio AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **La democracia en México**. Ciudad de México: Ediciones Era, 1965.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivisms: politics, economy and ecology**. Halifax: Fernwood Publishing, 2021.

GUDYNAS, Eduardo. Bien-vivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina en Movimiento**, Quito, n. 462, p. 1-20, 2011.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2010.

MIGNOLO, Walter. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 55-85.

MIGNOLO, Walter. Hermenéutica de la democracia: el pensamiento de los límites y la diferencia colonial. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 39-60, 2008.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. **The invention of women: making an african sense of western gender discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PAREDES, Julieta. Hilando fino desde el feminismo comunitario. In: SANTIAGO GUSMÁN, Alejandra; BORJA, Edith Caballero, ORTUÑO, Gabriela González. **Mujeres intelectuales: feminismos y liberación en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2017, p. 111-140.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. A colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Revista Polis**, Santiago, v. 31, p. 1-33, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 201-246.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Peru Indígena**, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. ¡Qué tal raza!. **Ecuador Debate**, Quito, n. 48, p. 141-152, 1999.

RODRIGUEZ, Victor Gabriel. O *buen vivir latino*": primeiros lineamentos para a funcionalidade do sumak kawsay na constituição brasileira. In: CEZAR, Eduardo Barreto; OLIVEIRA, Marcelo Pimentel de; RODRIGUES, Dennys Albuquerque. **Democracia, humanismo e jurisdição constitucional**. Estudos em homenagem ao ministro Ricardo Lewandowski. Belo Horizonte: Fórum Conhecimento Jurídico, 2022, p. 435-452.

SEGATO, Rita. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos**: y una antropología por demanda. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2015.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en américa latina**: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Zapopan: CALAS, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The end of the world as we know it**: social science for the twenty- first century. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.